

Juiz de Fora, 03 de abril de 2025

À

**Comissão Interna de Chamamento Público da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás**

**Ref.: CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2024**

**HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - Organização Social de Saúde "HMTJ"**, inscrito no CNPJ sob o número 21.583.042/0001-72, com sede na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, por intermédio de seus representantes legais, o **Diretor Presidente, Dr. Marco Antônio Guimarães de Almeida**, brasileiro, casado, Contador e Advogado, portador da Carteira de Identidade M3040499 expedida pelo SSP MG e CPF 485.399.966-34 e o **Diretor Financeiro, Dr. Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**, brasileiro, divorciado, Contador, portador da carteira de identidade MG- 6649396 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 261.429.297-49, e sua procuradora Dra. Carla Machado dos Santos, advogada regularmente inscrita na OAB/RJ sob o número 80.192 e CPF 023.420.807-43, todos com endereço profissional na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, São Mateus, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, vem apresentar suas

#### CONTRARRAZÕES

ao recurso apresentado por **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO IGH**, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

Conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto.

Inicialmente cumpre esclarecer que o instituto jurídico das contrarrazões é consubstanciado pela resposta ofertada pela parte contrária àquela que interpôs recurso e tem por objetivo combater as alegações aduzidas pela outra parte, sendo certo que, caso entenda necessário, a Administração poderá solicitar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e no resultado, o "HMTJ" foi habilitado e classificado com pontuação máxima, cumprindo todas exigências editalícias, o que suscitou uma INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos infundados para tentar afastar a correta decisão da comissão.



Este documento foi assinado eletronicamente por Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba, Marco Antonio Guimarães De Almeida e Carla Machado Dos Santos. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C646-4ABD-99F4-7CED.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

### **DAS RAZÕES ALEGADAS:**

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, sendo certo que Administração e Proponentes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Esclarece-se que a Recorrente possui PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado, porém é inapropriado o interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações incabíveis, atrasando a conclusão de certame licitatório cujo objetivo é primordialmente buscar o aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, ferindo diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

A seguir as investidas abordadas pela IGH em seu recurso na tentativa de reduzir a pontuação do HMTJ:

### **APRESENTAÇÃO DE CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA, VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO PREDIAL**

A alegação do IGH de que o HMTJ não apresentou os critérios adequados para a contratação de terceiros é totalmente infundada. O HMTJ detalhou de forma clara e minuciosa, nas páginas 3308 a 3346, todos os critérios técnicos e jurídicos relativos à contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.

Além disso, foi apresentado o regulamento interno para a contratação de tais serviços, evidenciando o comprometimento com a legalidade e a transparência do processo.

### **APRESENTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

O IGH questiona a apresentação do plano de cargos e salários, alegando que o HMTJ não forneceu informações suficientes sobre a política de progressão de carreira.

Contudo, a proposta apresentada pelo HMTJ, nas páginas 3139 a 3152, incluiu o documento intitulado "Planos de Cargos, Salários, Remuneração e Benefícios" (PRS 046), o qual descreve detalhadamente



as normas de funcionamento, incluindo salário de admissão, alterações salariais, promoções e critérios para progressão de carreira.

No que se refere a alegação de que não houve a apresentação de política de progressão de carreira, mais uma vez não procede a afirmativa da IGH. Nas páginas 3140 e seguintes, em especial na página 3146, os critérios para promoção dos colaboradores, que envolvem fatores como qualidade do trabalho, assiduidade e conhecimento da função, foram claramente estabelecidos.

em menos tempo para casos de mudança estratégica definidos pela Direção da entidade, via descrição no Fluig.

Os critérios para as promoções descritas acima compreendem o funcionário participar do processo seletivo interno, sendo encaminhado ao setor de Recursos Humanos para realização de prova teórica direcionada para a área que será realizada a promoção caso seja aprovado com aproveitamento de 70%, entrevista por competência, comprovações/ certificados de que o colaborador atende as competências descritas no PEC, o preenchimento do formulário via sistema Fluig feito pelo gestor da área, para aprovação da direção, assinatura do termo aditivo e exame de troca de função. Quando a promoção for para cargos assistenciais, é necessário que o colaborador aprovado possua registro do conselho atualizado, anuidade paga comprovando que ele pode exercer a função e atestado de nada consta dos anos anteriores. Poderá ser observada a avaliação de desempenho por competência com média superior a 70%, bem como verificação do histórico de sanção administrativa do último trimestre. O processo de promoção deverá levar em consideração a realidade financeira e orçamento disponível da instituição neste período.

Critérios a serem considerados na avaliação para fins de promoção:

- Disciplina
- Assiduidade
- Pontualidade
- Colaboração com a equipe, superiores e colegas de trabalho
- Disponibilidade
- Qualidade do trabalho realizado
- Responsabilidade
- Apresentação pessoal
- Conhecimento da Função
- Desenvolvimento Técnico-Profissional
- Entendimento e pro atividade para mudança
- Comunicação

Para completar, foi apresentado, também, a GCPEC (processo de gestão por competência) estabelecendo critérios claros para construção dos Perfis dos Cargos por Competências.

No que se refere a não apresentação do Manual de Cargos alegada pela IGH, destaca-se que o HMTJ apresentou o plano de cargos e salários nas páginas 3139/3152 atendendo plenamente aos critérios estabelecidos pelo edital.

Portanto, as alegações do IGH carecem de fundamento e são improcedentes.

## **APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO COM PESQUISA PERIÓDICA DE CLIMA ORGANIZACIONAL**

O IGH questiona que o projeto apresentado pelo HMTJ não estaria completo, todavia a proposta foi desenvolvida de maneira abrangente, refletindo um processo de diagnóstico de fatores que impactam a satisfação dos profissionais no ambiente de trabalho, bem como um planejamento estratégico para a implementação de melhorias.

Em outras palavras, em contrariedade à alegação do IGH, o HMTJ apresentou de forma completa o documento referente ao projeto de desenvolvimento humano, refletindo todo processo de diagnóstico dos fatores que podem impactar a satisfação dos profissionais no ambiente da unidade, além de detalhar as iniciativas de melhorias a serem implementadas.

As pesquisas de satisfação incluem liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, qualidade de vida e segurança.

As alegações do IGH, portanto, são infundadas.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - ESTRUTURA E EXPERIÊNCIA DA DIRETORIA**

A IGH questiona a estrutura hierárquica apresentada pelo HMTJ, alegando a ausência de cargos de gerência e a insuficiência de diretorias.

**Contudo, o edital não exige a apresentação de cargos de gerência nem o número mínimo de diretorias, o que torna a estrutura do HMTJ plenamente adequada.**

O organograma apresentado pelo HMTJ está correto, com as diretorias Geral e Técnica, e foi validado adequadamente pela comissão de licitação, que reconheceu a clareza e a adequação da proposta, tendo adequadamente destacado “a representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente demonstra os cargos existentes na instituição”.

Portanto, infundada a tentativa de desmerecer a proposta apresentada pelo HMTJ.

### **AUSÊNCIA DE VERSO E REGISTRO EM QUATRO TÍTULOS APRESENTADOS.**

A IGH afirma, de maneira equivocada, que o HMTJ apresentou quatro títulos de forma incompleta, sem a inclusão do verso. Contudo, ao contrário do alegado pelo IGH, a validação dos documentos foi



realizada de maneira correta, com a assinatura da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora - FCMS/JF, inclusive com autenticação em cartório, garantindo a veracidade dos mesmos.

A IGH também cita jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no RMS 23.402/DF, de relatoria da Ministra Denise Arruda. No entanto, a referida decisão não foi da Ministra Denise Arruda, mas sim da Ministra Eliana Calmon. Além disso, o tema tratado no acórdão refere-se ao número de participantes em um pregão eletrônico, e não à apresentação de documentos incompletos.

#### “PREGÃO. COMPETITIVIDADE.

Não há regra que determine o número mínimo de participantes ou o valor mínimo da proposta na licitação mediante pregão. Porém, na espécie, o fato de apenas duas sociedades terem participado do pregão ao apresentarem ofertas quase iguais ao valor máximo estimado como possível pela Administração pode indicar a falta de competitividade, a justificar a revogação do certame em respeito ao interesse público. Note-se que só há a necessidade de contraditório antes da revogação quando há disputa de direito subjetivo, não mera expectativa, como na hipótese. RMS 23.402-PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 18/3/2008.”

O acórdão se refere a questões de competitividade em licitações, e não a eventuais falhas formais na apresentação de documentos.

Portanto, a alegação do IGH carece de fundamento.

#### **APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO EM VEZ DO TÍTULO.**

A IGH, mais uma vez, tenta desqualificar a proposta apresentada pelo HMTJ, alegando que a comprovação de titulação da profissional Carla Machado dos Santos (página 1681) não deve ser considerada, uma vez que se trata de uma declaração de conclusão de curso.

Entretanto, o edital exige a apresentação de titulação de especialista em administração hospitalar ou gestão em saúde, o que foi plenamente atendido pela Dra. Carla Machado dos Santos.

A declaração expedida pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora - FCMS/JF, datada de 13.07.2023, confirma a conclusão do curso de pós-graduação "latu sensu" MBA em Gestão de Organizações Hospitalares e Segurança do Paciente, com carga horária total de 440 horas/aula.



A declaração afirma, de forma categórica, a conclusão do curso de especialista, atendendo, portanto, ao que foi estabelecido no edital.

Dessa forma, a alegação da IGH é infundada, não havendo razão para desqualificar a proposta apresentada pelo HMTJ.

### **APRESENTAÇÃO DE TÍTULO STRICTO SENSU NA ÁREA DE GESTÃO EM SAÚDE DOS INDICADOS PARA A GESTÃO DA UNIDADE**

A IGH incorre em erro ao afirmar que o título de doutorado do profissional Thiago Cardoso Vale não deve ser considerado, pois se refere a Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto e não especificamente à gestão em saúde.

Contudo, é importante destacar que o título de doutorado em Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto também abrange aspectos da gestão da saúde, sendo plenamente válido.

Dessa forma, a alegação da IGH é infundada, não havendo razão para desqualificar a documento apresentado pelo HMTJ.

### **EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 1 ANO NO GERENCIAMENTO (DIREÇÃO) DE UNIDADE HOSPITALAR**

A IGH argumenta que a declaração de interesse da profissional Gláucia Aparecida Pinto Siqueira (página 1719) em integrar a equipe de direção do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL) não deve ser considerada, uma vez que a profissional exerce a função de Diretora Geral de outra unidade hospitalar e, portanto, não poderia acumular dois cargos de direção simultaneamente.

No entanto, a declaração de interesse de Gláucia Aparecida Pinto Siqueira não menciona em momento algum que a profissional exercerá a função de direção em duas unidades ao mesmo tempo.

A declaração está em total conformidade com os critérios e exigências do edital.

Portanto, falece de fundamentação a assertiva da IGH.

### **QUANTO A PROPOSTA FINANCEIRA (CUSTO DE PESSOAL ACIMA DOS 70% PERMITIDO NO EDITAL)**

A IGH alega que a proposta apresentada pelo HMTJ ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) estabelecido no item 11.7 do edital, em relação à utilização de recursos públicos para despesas com remuneração de pessoal. Segundo a recorrente, o HMTJ teria violado o referido dispositivo, com um percentual de recursos para despesas de pessoal superior ao estipulado no edital.

Primeiramente, cabe destacar que o recurso interposto pela IGH não procede, uma vez que a proposta financeira do HMTJ está em total conformidade com o edital e com os limites estabelecidos no item 11.7.

O item 11.7 do instrumento convocatório é claro e objetivo ao estabelecer que o parceiro privado poderá utilizar, no máximo, 70% (setenta por cento) dos recursos públicos recebidos para despesas com remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, incluindo aqueles destinados à diretoria e empregados. No entanto, a proposta apresentada pelo HMTJ demonstra que o valor de recursos públicos a ser utilizado para as despesas de pessoal está dentro do limite de 70%, conforme detalhado a seguir:

**Valor Total das Propostas: R\$ 12.470.014,20**

**Valor destinado a despesas de Recursos Humanos (RH): R\$ 8.192.777,87**

**Percentual destinado a despesas de RH: 66%**

Ou seja, o percentual de 66% está abaixo do limite de 70% previsto no edital, demonstrando que não houve qualquer descumprimento da exigência contida no item 11.7.

Importante destacar que o edital não prevê concorrência em preço, uma vez que o valor total foi pré-determinado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Portanto, a alegação de que o HMTJ teria ultrapassado o limite de 70% é infundada, visto que a proposta apresentada cumpre com a determinação do edital e está em conformidade com os recursos públicos que serão repassados ao contratado.

Ademais, conforme se extrai do próprio recurso interposto, a IGH parece confundir a interpretação do edital com relação ao valor global do contrato e ao valor destinado a recursos humanos.

O edital estabelece um limite de 70% sobre os recursos públicos repassados e a **minuta do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2024 prevê no item 11.9 que deverá ser considerado o somatório dos montantes percebidos em todas as relações**, ou seja, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no



Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento – HEMU e Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – HEMNSL, o que reforça o cumprimento do limite de 66% de despesas com pessoal na proposta do HMTJ:

**“11.9. Caso o PARCEIRO PRIVADO possua mais de um termo de colaboração, de fomento, cooperação ou contrato de gestão firmado com o PARCEIRO PÚBLICO, para a apuração dos limites constantes nos itens 11.7 e 11.8, será considerado o somatório dos montantes percebidos em todas essas relações. ”**

Diante do exposto, sobre o tema, restam evidentes os seguintes pontos:

- (1) A proposta financeira do HMTJ respeitou o limite de 70% estabelecido no item 11.7 do edital, com a destinação de 66% do valor total para despesas com recursos humanos, abaixo do limite imposto.
- (2) O edital não prevê concorrência em preço, uma vez que o valor total do contrato foi pré-determinado pela SES-GO.
- (3) Não houve qualquer descumprimento das disposições editalícias ou da legislação aplicável, como alegado pela IGH.

Portanto, falece de fundamentação a assertiva da IGH.

#### **QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ - HEMU:**

##### **Apresentação de critérios para contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.**

A alegação do IGH de que o HMTJ não apresentou os critérios adequados para a contratação de terceiros é totalmente infundada. O HMTJ detalhou de forma clara e minuciosa, todos os critérios técnicos e jurídicos relativos à contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.

Além disso, foi apresentado o regulamento interno para a contratação de tais serviços, evidenciando o comprometimento com a legalidade e a transparência do processo.



## Apresentação do plano de cargos e salários

O IGH questiona a apresentação do plano de cargos e salários, alegando que o HMTJ não forneceu informações suficientes sobre a política de progressão de carreira.

Contudo, a proposta apresentada pelo HMTJ, incluiu o documento intitulado "Planos de Cargos, Salários, Remuneração e Benefícios" (PRS 046), o qual descreve detalhadamente as normas de funcionamento, incluindo salário de admissão, alterações salariais, promoções e critérios para progressão de carreira.

No que se refere a alegação de que não houve a apresentação de política de progressão de carreira, mais uma vez não procede a afirmativa da IGH. Foram descritos critérios claros e objetivos para promoção dos colaboradores, que envolvem fatores como qualidade do trabalho, assiduidade e conhecimento da função, foram claramente estabelecidos.

em menos tempo para casos de mudança estratégica definidos pela Direção da entidade, via descrição no Fluig.

Os critérios para as promoções descritas acima compreendem o funcionário participar do processo seletivo interno, sendo encaminhado ao setor de Recursos Humanos para realização de prova teórica direcionada para a área que será realizada a promoção caso seja aprovado com aproveitamento de 70%, entrevista por competência, comprovações/ certificados de que o colaborador atende as competências descritas no PEC, o preenchimento do formulário via sistema Fluig feito pelo gestor da área, para aprovação da direção, assinatura do termo aditivo e exame de troca de função. Quando a promoção for para cargos assistenciais, é necessário que o colaborador aprovado possua registro do conselho atualizado, anuidade paga comprovando que ele pode exercer a função e atestado de nada consta dos anos anteriores. Poderá ser observada a avaliação de desempenho por competência com média superior a 70%, bem como verificação do histórico de sanção administrativa do último trimestre. O processo de promoção deverá levar em consideração a realidade financeira e orçamento disponível da instituição neste período.

Critérios a serem considerados na avaliação para fins de promoção:

- Disciplina
- Assiduidade
- Pontualidade
- Colaboração com a equipe, superiores e colegas de trabalho
- Disponibilidade
- Qualidade do trabalho realizado
- Responsabilidade
- Apresentação pessoal
- Conhecimento da Função
- Desenvolvimento Técnico-Profissional
- Entendimento e pro atividade para mudança
- Comunicação

Para completar, foi apresentado, também, a GCPEC (processo de gestão por competência) estabelecendo critérios claros para construção dos Perfis dos Cargos por Competências.



No que se refere a não apresentação do Manual de Cargos alegada pela IGH, destaca-se que o HMTJ apresentou o plano de cargos e salários atendendo plenamente aos critérios estabelecidos pelo edital.

Portanto, as alegações do IGH carecem de fundamento e são improcedentes.

### **Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações**

O IGH questiona que o projeto apresentado pelo HMTJ não estaria completo, todavia a proposta foi desenvolvida de maneira abrangente, refletindo um processo de diagnóstico de fatores que impactam a satisfação dos profissionais no ambiente de trabalho, bem como um planejamento estratégico para a implementação de melhorias.

Em outras palavras, em contrariedade à alegação do IGH, o HMTJ apresentou de forma completa o documento referente ao projeto de desenvolvimento humano, refletindo todo processo de diagnóstico dos fatores que podem impactar a satisfação dos profissionais no ambiente da unidade, além de detalhar as iniciativas de melhorias a serem implementadas.

As pesquisas de satisfação incluem liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, qualidade de vida e segurança.

As alegações do IGH, portanto, são infundadas.

### **Quanto a Qualificação Técnica - Estrutura e Experiência da Diretoria**

A IGH questiona a estrutura hierárquica apresentada pelo HMTJ, alegando a ausência de cargos de gerência e a insuficiência de diretorias.

**Contudo, o edital não exige a apresentação de cargos de gerência nem o número mínimo de diretorias, o que torna a estrutura do HMTJ plenamente adequada.**

O organograma apresentado pelo HMTJ está correto, com as diretorias Geral e Técnica, e foi validado adequadamente pela comissão de licitação, que reconheceu a clareza e a adequação da proposta, tendo adequadamente destacado “a representação gráfica da forma

como a empresa se divide hierarquicamente demonstra os cargos existentes na instituição".

Portanto, infundada a tentativa de desmerecer a proposta apresentada pelo HMTJ.

### **Da titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e gerência.**

#### **Ausência de Verso e Registro em Quatro Títulos Apresentados**

A IGH afirma, de maneira equivocada, que o HMTJ apresentou quatro títulos de forma incompleta, sem a inclusão do verso. Contudo, ao contrário do alegado pelo IGH, a validação dos documentos foi realizada de maneira correta, com a assinatura da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora - FCMS/JF, inclusive com autenticação em cartório, garantindo a veracidade dos mesmos.

A IGH também cita jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no RMS 23.402/DF, de relatoria da Ministra Denise Arruda. No entanto, a referida decisão não foi da Ministra Denise Arruda, mas sim da Ministra Eliana Calmon.

Além disso, o tema tratado no acórdão refere-se ao número de participantes em um pregão eletrônico, e não à apresentação de documentos incompletos.

#### **"PREGÃO. COMPETITIVIDADE.**

Não há regra que determine o número mínimo de participantes ou o valor mínimo da proposta na licitação mediante pregão. Porém, na espécie, o fato de apenas duas sociedades terem participado do pregão ao apresentarem ofertas quase iguais ao valor máximo estimado como possível pela Administração pode indicar a falta de competitividade, a justificar a revogação do certame em respeito ao interesse público. Note-se que só há a necessidade de contraditório antes da revogação quando há disputa de direito subjetivo, não mera expectativa, como na hipótese. RMS 23.402-PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 18/3/2008."

O acórdão se refere a questões de competitividade em licitações, e não a eventuais falhas formais na apresentação de documentos.

Portanto, a alegação do IGH carece de fundamento.

### **Apresentação de Declaração de Conclusão no lugar do Título:**

A IGH, mais uma vez, tenta desqualificar a proposta apresentada pelo HMTJ, alegando que a comprovação de titulação da profissional Carla Machado dos Santos (página 1681) não deve ser considerada, uma vez que se trata de uma declaração de conclusão de curso.

Entretanto, o edital exige a apresentação de titulação de especialista em administração hospitalar ou gestão em saúde, o que foi plenamente atendido pela Dra. Carla Machado dos Santos.

A declaração expedida pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora - FCMS/JF, datada de 13.07.2023, confirma a conclusão do curso de pós-graduação "lato sensu" MBA em Gestão de Organizações Hospitalares e Segurança do Paciente, com carga horária total de 440 horas/aula.

A declaração afirma, de forma categórica, a conclusão do curso de especialista, atendendo, portanto, ao que foi estabelecido no edital. Dessa forma, a alegação da IGH é infundada, não havendo razão para desqualificar a proposta apresentada pelo HMTJ.

### **Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular.**

A IGH incorre em erro ao afirmar que o título de doutorado do profissional Thiago Cardoso Vale não deve ser considerado, pois se refere a Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto e não especificamente à gestão em saúde.

Contudo, é importante destacar que o título de doutorado em Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto também abrange aspectos da gestão da saúde, sendo plenamente válido.

Dessa forma, a alegação da IGH é infundada, não havendo razão para desqualificar a documento apresentado pelo HMTJ.

### **Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (Direção) de unidade hospitalar da Diretoria ou Gerência que atuará na unidade com**



**documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou Gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto)**

A IGH argumenta que a declaração de interesse da profissional Gláucia Aparecida Pinto Siqueira (página 1719) em integrar a equipe de direção do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL) não deve ser considerada, uma vez que a profissional exerce a função de Diretora Geral de outra unidade hospitalar e, portanto, não poderia acumular dois cargos de direção simultaneamente.

No entanto, a declaração de interesse de Gláucia Aparecida Pinto Siqueira não menciona em momento algum que a profissional exercerá a função de direção em duas unidades ao mesmo tempo.

A declaração está em total conformidade com os critérios e exigências do edital.

Portanto, falece de fundamentação a assertiva da IGH.

**QUANTO A PROPOSTA FINANCEIRA (CUSTO DE PESSOAL ACIMA DOS 70% PERMITIDO NO EDITAL)**

A IGH alega que a proposta apresentada pelo HMTJ ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) estabelecido no item 11.7 do edital, em relação à utilização de recursos públicos para despesas com remuneração de pessoal. Segundo a recorrente, o HMTJ teria violado o referido dispositivo, com um percentual de recursos para despesas de pessoal superior ao estipulado no edital.

Primeiramente, cabe destacar que o recurso interposto pela IGH não procede, uma vez que a proposta financeira do HMTJ está em total conformidade com o edital e com os limites estabelecidos no item 11.7.

O item 11.7 do instrumento convocatório é claro e objetivo ao estabelecer que o parceiro privado poderá utilizar, no máximo, 70% (setenta por cento) dos recursos públicos recebidos para despesas com remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, incluindo aqueles destinados à diretoria e empregados. No entanto, a proposta apresentada pelo HMTJ demonstra que o valor de recursos públicos a ser utilizado para as despesas de pessoal está dentro do limite de 70%, conforme detalhado a seguir:

**Valor Total das Propostas: R\$ 12.470.014,20**

**Valor destinado a despesas de Recursos Humanos (RH): R\$ 8.192.777,87**





### **Percentual destinado a despesas de RH: 66%**

Ou seja, o percentual de 66% está abaixo do limite de 70% previsto no edital, demonstrando que não houve qualquer descumprimento da exigência contida no item 11.7.

Importante destacar que o edital não prevê concorrência em preço, uma vez que o valor total foi pré-determinado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO).

Portanto, a alegação de que o HMTJ teria ultrapassado o limite de 70% é infundada, visto que a proposta apresentada cumpre com a determinação do edital e está em conformidade com os recursos públicos que serão repassados ao contratado.

Ademais, conforme se extrai do próprio recurso interposto, a IGH parece confundir a interpretação do edital com relação ao valor global do contrato e ao valor destinado a recursos humanos.

O edital estabelece um limite de 70% sobre os recursos públicos repassados e a **minuta do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2024 prevê no item 11.9 que deverá ser considerado o somatório dos montantes percebidos em todas as relações**, ou seja, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento – HEMU e Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – HEMNSL, o que reforça o cumprimento do limite de 66% de despesas com pessoal na proposta do HMTJ:

**“11.9. Caso o PARCEIRO PRIVADO possua mais de um termo de colaboração, de fomento, cooperação ou contrato de gestão firmado com o PARCEIRO PÚBLICO, para a apuração dos limites constantes nos itens 11.7 e 11.8, será considerado o somatório dos montantes percebidos em todas essas relações. ”**

Diante do exposto, restam evidentes os seguintes pontos:

- (1) A proposta financeira do HMTJ respeitou o limite de 70% estabelecido no item 11.7 do edital, com a destinação de 66% do valor total para despesas com recursos humanos, abaixo do limite imposto.
- (2) O edital não prevê concorrência em preço, uma vez que o valor total do contrato foi pré-determinado pela SES-GO.
- (3) Não houve qualquer descumprimento das disposições editalícias ou da legislação aplicável, como alegado pela IGH.



Portanto, falece de fundamentação a assertiva da IGH.

## **CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, requer-se:

- (1)** Que SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela IGH, por ser manifestamente improcedente
- (2)** Mantenha a decisão administrativa que aprovou a proposta do HMTJ, considerando-a em conformidade com as exigências do edital, especialmente no que tange ao cumprimento do limite de 70% para despesas com pessoal.

**Nestes termos,  
Pede deferimento.**

**Carla Machado dos Santos**  
Coordenadora Departamento Jurídico "HMTJ"

**Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**  
Diretor Financeiro "HMTJ"  
Identidade MG- 6649396 SSP MG  
CPF 261.429.297-49

**Marco Antônio Guimarães de Almeida**  
Diretor Presidente "HMTJ"  
Identidade M3040499 SSP MG  
CPF 485.399.966-34



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C646-4ABD-99F4-7CED> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C646-4ABD-99F4-7CED



### Hash do Documento

5A2BEA76B5C08A71FCE985CD69BAA7D3111A407B4992A8974D1E9270E4C63119

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2025 é(são) :

☒ Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba - \*\*\*.429.297-\*\* em 03/04/2025 16:20 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

### Evidências

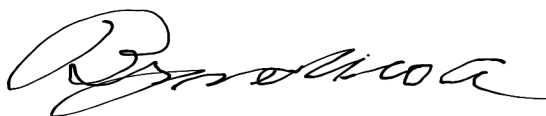
**Client Timestamp** Thu Apr 03 2025 16:20:50 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -21.77824684182139 Longitude: -43.359941242075095 Accuracy: 19.98227093003982

**IP** 186.233.41.210

**Identificação:** Por email: JENDIROBA@HMTJ.ORG.BR

**Assinatura:**



### Hash Evidências:

3F105F9CAE1C8E4D373A3F0056CA16322EA05FF34270AF51CA788C2071AA9532

☒ Marco Antonio Guimaraes De Almeida - \*\*\*.399.966-\*\* em 03/04/2025 16:01 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

### Evidências

**Client Timestamp** Thu Apr 03 2025 16:01:25 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -21.7810141 Longitude: -43.3648042 Accuracy: 100

**IP** 152.255.109.220

**Identificação:** Por email: MARCOANTONIO@HMTJ.ORG.BR

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

695FA2B13BDFA5B0A4E6B586883ACBAAC4B6B50CA4458EF953CF0CCC20B6D171

☒ Carla Machado Dos Santos - \*\*\*.420.807-\*\* em 03/04/2025 14:51 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Evidências**

**Client Timestamp** Thu Apr 03 2025 14:51:04 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -21.778610350929615 Longitude: -43.3600743171726 Accuracy: 20.64372196728533

**IP** 187.69.67.239

**Identificação:** Por email: carlamachado@hmtj.org.br

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

0B68BA0B40BFE536DF3CDDECAE554034F0DDAE89463D39C8ECEC2048EAF6F10B

